



EIXO 4 – COMÉRCIO, INVESTIMENTO E NEGÓCIOS

O G20 e as Finanças Sustentáveis

Lucas da Silva Taschetto

Novembro 2023

Ficha Técnica

Coordenação Geral

Cláudia Alvarenga Marconi - *Coordenadora Acadêmica*

Rafael de Souza Nascimento Miranda - *Coordenação Executiva*

Coordenação dos Eixos de Pesquisa

Profa. Dra. Cláudia Alvarenga Marconi

União Europeia como ator global

Profa. Dra. Brigitte Weiffen

Democracia, Direitos Humanos e Justiça Internacional

Profa. Dra. Marília Carolina Barbosa de Souza Pimenta

Segurança Regional e Internacional

Prof. Dr. Lucas da Silva Taschetto

Comércio, Investimento e Negócios

Prof. Dr. Thauan Santos

Energia, Mudanças Climáticas e Desenvolvimento Sustentável



Instituto
Brasil - União Europeia
— **FECAP** —



With the support of the
Erasmus+ Programme
of the European Union

O apoio da Comissão Europeia à produção desta publicação não constitui um aval de seu conteúdo, que reflete unicamente o ponto de vista de seus autores, e a Comissão não pode ser responsável por eventuais utilizações que possam ser feitas com as informações nela contidas.

Sobre os autores

Lucas da Silva Taschetto

Professor do Bacharelado e do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal do ABC (UFABC). Coordenador do grupo de trabalho sobre Comércio, Negócios e Investimentos do Módulo Jean Monnet, sediado pelo Instituto Brasil-União Europeia da FECAP.



Instituto
Brasil - União Europeia
— *FECAP* —



With the support of the
Erasmus+ Programme
of the European Union

Índice

Sumário Executivo.....	6
Introdução.....	7
1. A estruturação do G20 e seus principais elementos.....	7
2. As prioridades da presidência brasileira.....	9
3. As finanças sustentáveis na agenda do G20.....	10
Considerações finais.....	12
Referências bibliográficas.....	13

Sumário Executivo

O G20, ou Grupo dos 20, é um fórum internacional composto por 19 países, pela União Europeia e pela União Africana. Formado em 1999, foi concebido como um espaço que reuniria as mais importantes economias industrializadas e em desenvolvimento. Após a crise financeira global, de 2008, o G20 se tornou o principal fórum para a coordenação da política econômica internacional. Sua agenda tem sido alargada para além dos tópicos econômicos e financeiros tradicionais, e as questões relativas às mudanças climáticas e ao crescimento verde ganham espaço. O Brasil assumiu a presidência rotativa do G20 pelo período de um ano a partir do início de dezembro de 2023. No contexto das prioridades propostas pelo país para a sua presidência, com a sustentabilidade como um de seus pontos centrais, a agenda do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis é central. As finanças têm um papel fundamental a desempenhar na viabilização da transição para uma economia de baixo carbono e resiliente às alterações climáticas. Em sua vocação, o grupo apresenta as tarefas de identificar barreiras institucionais e de mercado ao financiamento sustentável e de desenvolver opções para superar essas barreiras e contribuir para um melhor alinhamento do sistema financeiro internacional com os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris. Assim, no campo do enfrentamento à crise climática, além da criação da Força-tarefa para Mobilização Global Contra a Mudança do Clima (GMCC), o país apresentou como prioridades do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis a 1) otimização das operações dos Fundos Internacionais ambientais e climáticos para proporcionar financiamento sustentável; 2) a promoção de planos de transição credíveis, robustos e justos; 3) a análise dos desafios de implementação relacionados com as relatórios de sustentabilidade, inclusive para pequenas e médias empresas, e para mercados emergentes e economias em desenvolvimento; e 4) o financiamento de soluções baseadas na natureza.

Introdução

O G20, ou Grupo dos 20, é um fórum internacional composto por 19 países, pela União Europeia e pela União Africana. Seus membros representam em conjunto cerca de 85% do PIB mundial, mais de 75% do comércio mundial e cerca de dois terços da população mundial. Formado em 1999, em resposta à necessidade de um fórum mais inclusivo para discutir questões econômicas e financeiras globais, foi concebido como um espaço que reuniria as mais importantes economias industrializadas e em desenvolvimento.

Após a crise financeira global, de 2008, o G20 se tornou o principal fórum para a coordenação da política econômica internacional. Suas reuniões envolvem líderes de governo, ministros da Fazenda e presidentes de Bancos Centrais. De dezembro de 2023 a novembro de 2024 será presidido pelo Brasil. Sob o lema “construindo um mundo justo e um planeta sustentável”, o país tem uma oportunidade única de alavancar a sua posição e apoiar os interesses do Sul Global no processo de reforma das instituições da governança global para um sistema internacional mais legítimo e inclusivo¹. O presidente Lula anunciou como os três principais eixos da presidência brasileira do G20 o combate à fome, à pobreza e à desigualdade; as dimensões do desenvolvimento sustentável (econômico, social e ambiental); e a reforma da governança global².

A agenda do G20 tem sido alargada para além dos tópicos econômicos e financeiros tradicionais, e as questões relativas às mudanças climáticas e ao crescimento verde ganham espaço. Nesse contexto, as finanças sustentáveis são levadas ao centro dos debates do grupo. O financiamento sustentável refere-se ao processo de envolver considerações ambientais, sociais e de governança ao tomar decisões de investimento no setor financeiro, levando a mais investimentos de longo prazo em atividades e projetos econômicos sustentáveis³. Existem várias abordagens e instrumentos nas finanças sustentáveis, que se relacionam com as estratégias políticas regionais e nacionais.

Sendo assim, esse relatório expõe inicialmente a estruturação do G20 e seus principais elementos, no que diz respeito aos marcos históricos centrais do grupo, sua composição e agenda. Em seguida, aborda as prioridades da presidência do Brasil. Ao final, a partir da centralidade do desenvolvimento

sustentável como instrumento de enfrentamento às mudanças climáticas, o documento apresenta a agenda das finanças sustentáveis no G20, em particular os tópicos discutidos no Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis, que faz parte da sua Trilha de Finanças.

1. A estruturação do G20 e seus principais elementos

O G20 é estruturado como um fórum de cooperação internacional que reúne os líderes das maiores economias do mundo. Trata-se de uma entidade informal, que não tem sua base em um documento constitucional e tampouco conta com declarações com conteúdo juridicamente vinculante e passível de *enforcement*.

Não existem critérios formais para a adesão ao G20. A adesão deve refletir o equilíbrio regional e garantir que o grupo se mantenha suficientemente pequeno para permitir uma discussão aberta e direta. O G20 reúne o grupo mais antigo de países democráticos com economia de mercado com outros países sistemicamente importantes com regimes políticos diversos⁴. Além dos países do G7/G8 (Alemanha, Canadá, EUA, França, Itália, Japão, Rússia e Reino Unido), o grupo inclui África do Sul, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, China, Índia, Indonésia, México, República da Coreia e Turquia, e a União Europeia e a União Africana. A entrada da última, que reúne 55 países da África, como membro permanente do G20 foi confirmada em 2023, na cúpula de Nova Déli, na Índia. Os líderes do G20 convidaram inicialmente os Países Baixos e a Espanha para participar nas suas reuniões. Porém, a partir de 2019, decidiu-se que somente a Espanha participaria como “convidada permanente”.

A presidência do G20 é rotativa entre os componentes permanentes, sendo que cada país que a assume hospeda a cúpula do G20 e lidera os trabalhos do grupo durante o seu mandato, em um ciclo de um ano. O G20 não possui um secretariado permanente, embora o país que assume a presidência muitas vezes estabelece um secretariado temporário para coordenar os preparativos da cúpula e facilitar a comunicação entre os membros. Em 2002, o G20 estabeleceu uma estrutura de gestão chamada “troika”, com a presidência anterior, a atual e a imediatamente futura. Enquanto o país que ocupa a presidência do G20 é responsável por coordenar a agenda do grupo em contato permanente com os outros membros, os demais países da troika prestam

1 GARCIA, Ana Saggiore; RAMOS, Leonardo César Souza. Brazil's G20 Presidency and the Global South. Stimson, 19 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.stimson.org/2024/brazil-g-20-presidency-global-south/>.

2 Brasil assume pela primeira vez a Presidência do G20. Agência Gov, 01 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202311/brasil-assume-pela-primeira-vez-a-presidencia-do-g20>.

3 Ver: https://finance.ec.europa.eu/sustainable-finance/overview-sustainable-finance_en.

4 HAJNAL, Peter I. The G20: Evolution, Interrelationships, Documentation. Second Edition. Routledge: London and New York, 2019.

apoio para garantir a continuidade das políticas e agendas. Esse arranjo busca garantir à atual e à futura presidência acesso imediato à experiência do presidente do ano anterior.

Mesmo que seja membro de pleno direito do G20 desde a criação deste, a UE não participa nas presidências rotativas do grupo e, portanto, não pode presidir ou receber cúpulas. Nas cúpulas, a UE é representada pelo Presidente da Comissão Europeia e pelo Presidente do Conselho Europeu. Entre os Ministros da Fazenda, a UE é representada pelo membro da Comissão responsável pelos assuntos econômicos e monetários, e pelo Presidente do Banco Central Europeu.

Na estrutura atual do G20, a sua principal reunião ocorre anualmente e é chamada de Cúpula do G20, quando os chefes de Estado ou de governo dos países participantes do grupo se encontram para discutir questões econômicas e financeiras globais, bem como outras questões relevantes para a cooperação internacional. Além das reuniões de líderes, os Ministros da Fazenda e os Presidentes dos Bancos Centrais dos países também se encontram regularmente, com reuniões ao longo do ano, discutindo igualmente temas econômicos e financeiros globais, e ajudando a preparar a agenda para a cúpula anual.

De acordo com Kirton⁵, historicamente, as reuniões do G20 em nível ministerial e de cúpula podem ser divididas em fases distintas: a primeira, entre dezembro de 1999 e outubro de 2008, de reuniões dos Ministros da Fazenda e de Presidentes dos Bancos Centrais do G20, que depois continuaram em paralelo às Cúpulas de Líderes; a segunda, entre novembro de 2008 e outubro de 2009, com o início das Cúpulas de Líderes do G20; a terceira, entre setembro de 2009 e outubro de 2010, com um novo enquadramento para a relação G8-G20 a partir da Cúpula de Pittsburgh, quando os líderes declararam que o G20 seria o principal fórum para a cooperação econômica internacional; a quarta, entre novembro de 2010 e março de 2014, com a inclusão na Cúpula de Seul do “desenvolvimento” na agenda, marcando o início da expansão do foco até então estritamente econômico e financeiro do G20; e a quinta, de março de 2014 até o presente, quando, com a suspensão da Rússia como membro do G8, este último reverteu para o G7, alterando a dinâmica da relação G7-G20. Essa mudança no G20 se refletiu em termos de desenvolvimento da agenda, de maior institucionalização do grupo e de relações com organizações internacionais e outras áreas.

A história das reuniões de cúpula do G20 aponta para a emergência do fórum baseada nas crises

internacionais e para a sua transformação em uma instituição mais permanente, com uma agenda cada vez mais caracterizada pela continuidade e pela inovação⁶. Antes de ser promovida ao nível de líderes em 2008, a reunião inaugural de Ministros da Fazenda e de Presidentes dos Bancos Centrais se deu em nível ministerial, de 15 a 16 de dezembro de 1999, em Berlim. Tal fórum foi criado por recomendação dos Ministros da Fazenda do G7 no seu relatório da Cúpula do G8 de Colônia, de junho de 1999, sobre o reforço da arquitetura financeira internacional e em resposta à crise financeira asiática/latino-americana de 1997-98. Naquele momento, reconhecia-se a necessidade da inclusão dos países emergentes mais importantes como parceiros de pleno direito na governança econômica global⁷. O encontro de Berlim estabeleceu um compromisso dos membros do G20 em torno do cumprimento de códigos e padrões internacionalmente aceitos, definidos pelo FMI, Banco Mundial e outras organizações relevantes, que visavam fortalecer os sistemas financeiros nacionais. Essa primeira década dos anos 2000, em que as reuniões do G20 aconteceram em nível ministerial, foi fundamental para entrelaçar a Trilha de Finanças à estrutura do G20⁸.

Com a elevação ao nível de cúpula em 2008, a Trilha de Finanças foi sobreposta a uma Trilha de Sherpas, que representava os líderes do G20. O G20 tornou-se um processo de duas vias, onde a via Sherpa lidaria com todas as questões não cobertas pela via financeira. Sendo assim, de um lado, a Trilha de Sherpas é comandada por emissários pessoais dos líderes do G20, que supervisionam as negociações, discutem os pontos que formam a agenda da cúpula e coordenam a maior parte do trabalho. Atualmente, o sherpa indicado pelo governo brasileiro é o embaixador Maurício Lyrio, secretário de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty. De outro, a Trilha de Finanças trata de assuntos macroeconômicos estratégicos e é comandada pelos Ministros da Fazenda e Presidentes dos Bancos Centrais dos países do G20. Tem sido fundamental na orquestração de acordos sobre uma gama de medidas regulatórias e de coordenação de políticas macroeconômicas que foram posteriormente adotadas por órgãos como o Comitê de Basileia ou mesmo a UE, e que, eventualmente, tomaram a forma de leis nacionais⁹. Hoje, a coordenadora da Trilha de Finanças é a Embaixadora Tatiana Rosito, Secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda¹⁰.

6 HAJNAL, Peter I. The G20: Evolution, Interrelationships, Documentation.

7 HAJNAL, Peter I. The G20: Evolution, Interrelationships, Documentation.

8 RAY, Saon; JAIN, Samridhi; THAKUR, Vasundhara; MIGLANI, Smita. Global Cooperation and G20: Role of Finance Track. Springer: Singapore, 2023.

9 RAY, Saon; JAIN, Samridhi; THAKUR, Vasundhara; MIGLANI, Smita. Global Cooperation and G20: Role of Finance Track.

10 G20 Brasil. Brasil na presidência do G20: Entenda o que é o G20 e quais as responsabilidades do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>.

5 KIRTON, John J. China's G20 Leadership. London and New York: Routledge, 2016.

Para tratar de questões específicas, o G20 conta nas duas trilhas com grupos de trabalho. Formados por representantes dos governos dos países membros, bem como dos países e organizações internacionais convidados, os grupos de trabalho temáticos se reúnem regularmente e fornecem análises, recomendações e propostas que podem ser consideradas pelos líderes do G20. A Trilha de Sherpas é composta por 15 grupos de trabalho (Agricultura, Anticorrupção, Comércio e Investimentos, Cultura, Desenvolvimento, Economia Digital, Educação, Empoderamento de Mulheres, Pesquisa e Inovação, Sustentabilidade Ambiental e Climática, Trabalho, Transições Energéticas, Redução de Riscos de Desastres, Turismo e Saúde), duas forças-tarefa (Mobilização Global contra a Mudança do Clima, e a Aliança Global contra a Fome e a Pobreza) e uma Iniciativa (Bioeconomia). Já a Trilha de Finanças conta com sete grupos técnicos (Assuntos do Setor Financeiro, Arquitetura Financeira Internacional, Economia Global, Finanças Sustentáveis, Inclusão Financeira, Infraestrutura, e Tributação Internacional), além de uma força-tarefa (Força-tarefa Conjunta de Finanças e Saúde)¹¹.

Ao longo dos anos, a economia global e a regulação financeira continuaram a ser as principais agendas da Trilha de Finanças. Todavia, cada presidência acrescentou novas ideias em torno de temas como finanças internacionais, despesas em infraestruturas, financiamento climático, agendas fiscais, entre outros. Segundo pesquisa de Ray; Jain; Thakur e Miglani¹², as quatro agendas principais que foram discutidas 14 vezes incluem 1) a economia global, as políticas fiscais e monetárias; 2) as instituições financeiras internacionais; 3) a reforma e regulamentação do setor financeiro; e a 4) tributação internacional. Outros temas foram discutidos de 8 a 13 vezes e incluem: 1) investimentos e gastos em infraestrutura; 2) flexibilidade cambial; 3) mudanças climáticas; 4) reformas estruturais; 5) inclusão financeira; 6) redução dos desequilíbrios; e 7) redes de segurança financeira globais.

Assim, ao definir a agenda e as prioridades da presidência e da cúpula, nenhum país anfitrião começa com uma tábula rasa. É esperado que as novas presidências levem adiante a agenda e os compromissos anteriores, em especial aqueles que não possam ser implementados integralmente em um único ano. No entanto, para cada nova presidência do G20 existe uma medida de autoridade discricionária para interpretar e reinterpretar os resultados anteriores, do mesmo modo como se apresenta também a liberdade para decidir onde, como e as razões para adicionar novos itens¹³.

11 Ver <https://www.g20.org/pt-br/trilhas>.

12 RAY, Saon; JAIN, Samridhi; THAKUR, Vasundhara; MIGLANI, Smita. Global Cooperation and G20: Role of Finance Track.

13 CHIN, Gregory T.; DOBSON, Hugo. China's Presidency of the G20 Hangzhou: On Global Leadership and Strategy. Global Summitry, v. 1, n. 2, p. 151-170, 2015

2. As prioridades da presidência brasileira

O Brasil assumiu a presidência rotativa do G20 pelo período de um ano a partir do início de dezembro de 2023, ocupando a posição depois da presidência da Índia durante o ano de 2023. É a primeira vez que o país cumpre o papel nesse formato. Havia presidido o G20 em 2008, porém em um momento no qual o evento ainda se dava no nível ministerial. Dos 19 países do grupo, 17 já exerceram a presidência: EUA, Reino Unido, Canadá, Coreia do Sul, França, México, Rússia, Austrália, Turquia, China, Alemanha, Argentina, Japão, Arábia Saudita, Itália, Indonésia e Índia.

Com isso, o país detém a responsabilidade de organizar as reuniões técnicas e as conferências ministeriais que culminarão na 19ª Cúpula do G20, a ser realizada em novembro de 2024, no Rio de Janeiro. Para tanto, o Decreto Federal n. 11.561, de 13/06/23, instituiu a Comissão Nacional para a Coordenação da Presidência do G20 pelo Brasil e dispôs sobre as instâncias de governança para a participação do país na presidência e na troika do G20. O Presidente Lula apresentou a busca de uma “nova globalização que combata as disparidades” como objetivo central que guiará toda a presidência brasileira, estruturada em torno de três eixos:

- 1) A inclusão social e o combate à fome e à pobreza;
- 2) A promoção do desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental e as transições energéticas; e
- 3) A reforma das instituições de governança global¹⁴.

No primeiro eixo, a presidência brasileira propôs a criação de uma Força-Tarefa contra a Fome e a Pobreza, com a proposição de uma Aliança Global, com “um pilar de compromissos nacionais, que impulsionará um conjunto de políticas públicas de efetividade já testada; um pilar financeiro, que mobilizará recursos internos e externos para o financiamento dessas políticas; e um pilar de apoio técnico, que difundirá boas práticas e incentivará a cooperação sul-sul”¹⁵.

Com o segundo eixo, o objetivo será garantir que as transformações da sociedade, com a descarbonização da economia global e a revolução digital, resultem em bem-estar social, prosperidade

14 Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades, defende Lula. 13 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/precisamos-de-uma-nova-globalizacao-que-combata-as-disparidades-defende-lula-na-reuniao-do-g20>.

15 Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades, defende Lula. 13 de dezembro de 2023.

econômica e sustentabilidade ambiental para todos. Para tanto, foi proposta a criação de uma Força-Tarefa para a Mobilização contra a Mudança do Clima, com o foco na “promoção de planos nacionais de transformação ecológica, que levem em conta o impacto do aquecimento global sobre os mais vulneráveis”¹⁶. A estruturação da agenda do G20 considera também os planos para a COP30, a ser realizada em 2025, em Belém, e a intenção de que os países adotem nessa oportunidade contribuições nacionalmente determinadas (NDCs) mais ambiciosas, acompanhadas dos meios de implementação adequados. Na perspectiva do Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a criação das duas forças-tarefas, para o combate à fome e para o combate à mudança climática, representa “um apelo a um G20 unido e ao alinhamento de recursos no nível de ambição esperado pelos nossos líderes” e uma “chance de reconectar o Sul e o Norte globais em torno de uma agenda positiva de transformação social, econômica e ecológica”¹⁷.

Por fim, no terceiro eixo, a presidência brasileira procurará enfrentar com seriedade o debate sobre o anacronismo das instituições de governança global e sua baixa representatividade.

Ainda, no âmbito da presidência brasileira, o presidente Lula anunciou o G20 Social na 18ª Cúpula do G20, em Nova Délhi, na Índia, momento em que o Brasil assumiu simbolicamente a presidência do bloco. O objetivo do G20 Social é ampliar a participação de atores não-governamentais nas atividades e nos processos decisórios do G20. Assim, são 13 grupos de engajamento que reúnem sociedade civil, parlamentares, think tanks, mulheres, jovens, trabalhadores, empresas e pesquisadores dos países do grupo: C20 (sociedade civil); T20 (think tanks); Y20 (juventude); W20 (mulheres); L20 (trabalho); U20 (cidades); B20 (business); S20 (ciências); Startup20 (startups); P20 (parlamentos); SAI20 (tribunais de contas); e os mais novos J20 (cortes supremas) e O20 (oceanos). Além das atividades desenvolvidas pelos grupos de engajamento, o G20 Social procurará desenvolver iniciativas e eventos feitos em coordenação entre as Trilha de Sherpas e a Trilha de Finanças e os grupos de engajamento, e iniciativas não-governamentais fora dos contextos dos grupos de engajamento¹⁸.

3. As finanças sustentáveis na agenda do G20

No contexto das prioridades propostas pelo Brasil para a sua presidência, com a sustentabilidade como um de seus pontos centrais, a agenda do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis é de grande relevância para o país. Nas palavras de Fernando Haddad, “o Brasil inicia um ciclo de protagonismo ainda maior em termos de financiamento climático”, com a meta de “melhorar a eficiência dos fluxos financeiros para os países que mais necessitam de recursos para proteger ativos ambientais estratégicos e cumprir as suas metas de descarbonização de forma justa e equitativa.”¹⁹. Para tanto, já foram anunciados como objetivos a revisão cuidadosa do funcionamento dos principais fundos climáticos existentes, assim como a continuação das discussões sobre um ambiente regulatório que permita um fluxo mais intenso de recursos para o Sul Global.

As finanças têm um papel fundamental a desempenhar na viabilização da transição para uma economia de baixo carbono e resiliente às alterações climáticas²⁰. Em 2009, na 15ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), em Copenhague, os países desenvolvidos se comprometeram a mobilizar conjuntamente 100 bilhões de dólares anualmente até 2020, provenientes de uma ampla variedade de fontes²¹. Valores longe de serem atingidos até então e objeto de intenso debate internacional entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento.

A definição de financiamento climático trazida pela UNFCCC é bastante ampla: “financiamento local, nacional ou transnacional – proveniente de fontes públicas, privadas e alternativas – que procura apoiar ações de mitigação e adaptação que irão enfrentar as alterações climáticas.”²² Isto deixou a identificação do alcance das especificidades nas mãos de governos e instituições internacionais. Por sua vez, a definição de Michaelowa e Sacherer²³ apoia-se na natureza internacional das finanças e no papel das instituições públicas no seu aproveitamento, de modo que o “financiamento climático internacional” é compreendido como “os fluxos transfronteiriços

16 Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades, defende Lula. 13 de dezembro de 2023.

17 Queremos melhorar fluxos financeiros para países que mais necessitam, defende Haddad, 14 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/queremos-melhorar-os-fluxos-financeiros-para-os-paises-que-mais-necessitam-defende-ministro-haddad-no-g20>.

18 Ver <https://www.g20.org/pt-br/g20-social>.

19 Queremos melhorar fluxos financeiros para países que mais necessitam, defende Haddad, 14 de dezembro de 2023.

20 BHANDARY, Rishikesh; GALLAGHER, Kelly; ZHANG, Fang. Climate finance policy in practice: a review of the evidence. *Climate Policy*, v. 21, n. 4, p. 529-545, 2021.

21 MICHAELOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin. Introduction to the Handbook of International Climate Finance: is climate finance a meteoric fashion or a stable pillar of the global response to anthropogenic climate change? In: MICHAELOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin (ed.). *Handbook of International Climate Finance*. Edward Elgar Publishing, 2022, p. 1-14.

22 Ver: <https://unfccc.int/topics/introduction-to-climate-finance>.

23 MICHAELOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin. Introduction to the Handbook of International Climate Finance, p. 2.

de financiamento desencadeados por intervenções públicas”, com financiamento significando uma subvenção ou elemento concessional de outro instrumento financeiro, bem como capital próprio e garantias.

Os limites entre os termos financiamento climático, financiamento verde e financiamento sustentável não são claros, e algumas instituições podem inclusive utilizá-los de forma intercambiável. O financiamento climático é geralmente entendido como um subconjunto do financiamento verde, que seria, por seu turno, um subconjunto do financiamento sustentável. Tal como acontece com o financiamento climático, não existe uma definição universalmente aceita de financiamento verde e financiamento sustentável, ainda que se entenda que o último apoie objetivos de sustentabilidade mais amplos – que podem incluir metas ambientais e sociais – como, por exemplo, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)²⁴ inscritos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável²⁵.

A agenda do G20 para o financiamento sustentável aborda uma variedade de temas relacionados ao desenvolvimento econômico sustentável, mudanças climáticas e outros desafios globais. O G20 tem mostrado um interesse crescente em promover práticas financeiras sustentáveis e mobilizar recursos para enfrentar questões ambientais e sociais. De modo geral, aborda questões relacionadas ao financiamento do desenvolvimento sustentável, incluindo a implementação dos ODS, com o compromisso de impulsionar recursos para áreas como saúde, educação, infraestrutura e erradicação da pobreza. Em particular, o G20 tem discutido meios de mobilizar recursos do setor privado para investimentos sustentáveis. Isso pode envolver a criação de incentivos para investimentos sustentáveis, o desenvolvimento de instrumentos financeiros inovadores e a promoção de parcerias público-privadas.

O Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis tem sido recentemente o locus privilegiado para esse tema. Lançado em 2016, durante a presidência da China do G20, o Grupo de Estudo sobre Finanças Verdes foi mandatado para identificar barreiras institucionais e de mercado ao financiamento verde e desenvolver opções sobre como melhorar a capacidade do sistema financeiro para mobilizar capital privado para investimentos verdes. Posteriormente, em 2018, seu mandato foi alargado para abranger aspectos adicionais do desenvolvimento sustentável em conjunto com os elementos ambientais e o grupo foi renomeado como Grupo de Estudo de Finanças

Sustentáveis (SFSG). Entre 2016 e 2018, a iniciativa incentivou a formação de um consenso global sobre a necessidade de ampliar o financiamento verde e colocou em foco uma série de questões centrais para o desenvolvimento global de finanças sustentáveis²⁶.

Depois de um intervalo de três anos, em 2021, a presidência italiana decidiu reestabelecer o SFSG, decisão endossada na sequência pelos Ministros da Fazenda e pelos Presidentes dos Bancos Centrais dos países do G20. Nesse contexto, China e EUA foram convidados a copresidir o SFSG, enquanto o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi chamado a atuar como secretariado do grupo. Os copresidentes (*‘co-chairs’*) são responsáveis por liderar o programa de trabalho e as atividades, em coordenação com a presidência do G20 e apoiados pelo secretariado. Em abril de 2021, reconhecendo a necessidade urgente e a ambição do G20 de enfrentar os desafios da promoção das finanças sustentáveis, os Ministros da Fazenda e os Presidentes dos Bancos Centrais do G20 atualizaram a iniciativa para se tornar o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis (*‘Sustainable Finance Working Group’* – SFWG)²⁷. Nesses termos, o SFWG visa mobilizar o financiamento sustentável como forma de garantir o crescimento e a estabilidade globais e de promover a transição para sociedades e economias mais verdes, mais resilientes e inclusivas. Em sua vocação, mantiveram-se as tarefas de identificar barreiras institucionais e de mercado ao financiamento sustentável e de desenvolver opções para superar essas barreiras e contribuir para um melhor alinhamento do sistema financeiro internacional com os objetivos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris²⁸.

O grupo de trabalho foi mandatado pelos Ministros da Fazenda e pelos Presidentes dos Bancos Centrais para desenvolver um Roteiro para Finanças Sustentáveis do G20 (*‘Roadmap’*), com o intuito de ajudar a concentrar a atenção do G20, de organizações internacionais e de outras partes interessadas nas prioridades fundamentais da agenda de finanças sustentáveis e a formar consensos sobre as principais ações a serem tomadas²⁹. O termo de referência previa um processo de elaboração inclusivo entre os membros do SFWG. Entre as principais tarefas do trabalho, a identificação de desafios, lacunas e barreiras relevantes que dificultassem a capacidade do sistema financeiro, incluindo os custos de transição enfrentados por diferentes países e grupos populacionais; de parcerias globais concretas para apoiar os objetivos de sustentabilidade; e de ações-

24 Ver: <https://sdgs.un.org/goals>.

25 SHISHLOV, Igor; CENSKOWSKY, Philipp. Same but different? Understanding divergent definitions of and views on climate finance. In: MICHAELOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin (ed.). Handbook of International Climate Finance. Edward Elgar Publishing, 2022, p. 15-39.

26 G20 Italia. Sustainable Finance Working Group - Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities, 2021. Disponível em: <https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2021/10/SFWG-Note-on-Agenda-Priorities-final.pdf>.

27 G20 Italia. Sustainable Finance Working Group - Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities, 2021.

28 Ver: <https://g20sfwg.org/about-us/>.

29 Ver: <https://g20sfwg.org/roadmap/>.

chave para enfrentar os desafios identificados. Já em sua concepção, o *Roadmap* não previa a inclusão de orientações políticas vinculantes, ao mesmo tempo em que deveria considerar as circunstâncias específicas de cada país e os recursos financeiros e tecnológicos disponíveis. Suas prioridades foram pensadas de forma flexível, suscetíveis a evoluções ao longo do tempo³⁰.

Após os resultados entregues pela presidência italiana, incluindo a versão definitiva do Roadmap de Finanças Sustentáveis³¹, os trabalhos do SFWG seguiram durante as presidências seguintes, de Indonésia (2022) e Índia (2023). A Indonésia propôs como prioridades e apresentou entregas em torno de três questões centrais: 1) o desenvolvimento de um quadro para o financiamento da transição e melhora da credibilidade dos compromissos das instituições financeiras; 2) a ampliação dos instrumentos financeiros sustentáveis, com foco no acesso e na acessibilidade financeira; e 3) a discussão de alavancas políticas que incentivem o financiamento e o investimento para apoio à transição³². Já a Índia, no ano seguinte, estabeleceu como áreas prioritárias: 1) os mecanismos para mobilização de recursos oportunos e adequados para o financiamento climático; 2) as possibilidades de financiamento para os ODS; e 3) a capacitação do ecossistema para o financiamento do desenvolvimento sustentável³³.

A presidência do Brasil pode ser um passo decisivo no retorno do país ao cenário internacional como ator relevante³⁵. No campo do enfrentamento à crise climática, além da criação da Força-tarefa para Mobilização Global Contra a Mudança do Clima (GMCC), o país apresentou como prioridades do Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis a 1) otimização das operações dos Fundos Internacionais ambientais e climáticos para proporcionar financiamento sustentável; 2) a promoção de planos de transição credíveis, robustos e justos; 3) a análise dos desafios de implementação relacionados com as relatórios de sustentabilidade, inclusive para pequenas e médias empresas, e para mercados emergentes e economias em desenvolvimento; e 4) o financiamento de soluções baseadas na natureza.

Considerações Finais

A curta história das reuniões de cúpula do G20 realizadas até agora aponta para a emergência do fórum baseada nas crises e para a sua transformação em uma instituição mais permanente, com uma agenda cada vez mais caracterizada pela continuidade e pela inovação³⁴, ainda que sujeita a resistências para superar abordagens mais tradicionais sobre os temas levados à mesa. Na Trilha de Finanças, o Grupo de Trabalho de Finanças Sustentáveis tem procurado contribuir para o avanço do trabalho internacional para ajudar a ampliar o financiamento sustentável privado e público, acelerando assim a implementação do Acordo de Paris e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

30 Ver: https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2022/12/ToR-SFWG-FINAL_June-2021.pdf.

31 Ver: https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2022/01/RoadMap_Final14_12.pdf.

32 G20 Indonesia. Sustainable Finance Working Group - Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities, 2022. Disponível em: <https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2022/02/SFWG-Note-on-Agenda-Priorities-final-17jan.pdf>.

33 G20 India. Sustainable Finance Working Group - Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities, 2023. Disponível em: <https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2023/03/SFWG-Presidency-and-Co-Chairs-Note-on-Agenda-Priorities.pdf>.

34 HAJNAL, Peter I. The G20: Evolution, Interrelationships, Documentation.

35 GARCIA, Ana Saggiorno; RAMOS, Leonardo César Souza. Brazil's G20 Presidency and the Global South.

Referências Bibliográficas

BHANDARY, Rishikesh; GALLAGHER, Kelly; ZHANG, Fang. Climate finance policy in practice: a review of the evidence. *Climate Policy*, v. 21, n. 4, p. 529-545, 2021.

Brasil assume pela primeira vez a Presidência do G20. *Agência Gov*, 01 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202311/brasil-assume-pela-primeira-vez-a-presidencia-do-g20>.

CHIN, Gregory T.; DOBSON, Hugo. China's Presidency of the G20 Hangzhou: On Global Leadership and Strategy. *Global Summitry*, v. 1, n. 2, p. 151-170, 2015.

GARCIA, Ana Saggioro; RAMOS, Leonardo César Souza. Brazil's G20 Presidency and the Global South. *Stimson*, 19 de janeiro de 2024. Disponível em: <https://www.stimson.org/2024/brazil-g-20-presidency-global-south/>.

G20 Brasil. Brasil na presidência do G20: Entenda o que é o G20 e quais as responsabilidades do Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/sobre-o-g20/e-book-brasil-na-presidencia-do-g20>.

G20 India. Sustainable Finance Working Group - Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities, 2023. Disponível em: <https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2023/03/SFWG-Presidency-and-Co-Chairs-Note-on-Agenda-Priorities.pdf>.

G20 Indonesia. Sustainable Finance Working Group - Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities, 2022. Disponível em: <https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2022/02/SFWG-Note-on-Agenda-Priorities-final-17jan.pdf>.

G20 Italia. Sustainable Finance Working Group - Presidency & Co-Chairs Note on Agenda Priorities, 2021. Disponível em: <https://g20sfwg.org/wp-content/uploads/2021/10/SFWG-Note-on-Agenda-Priorities-final.pdf>.

HAJNAL, Peter I. *The G20: Evolution, Interrelationships, Documentation*. Second Edition. Routledge: London and New York, 2019.

KIRTON, John J. *China's G20 Leadership*. London and New York: Routledge, 2016.

KIRTON, John J.; LARIONOVA, Marina. Introduction. In: LARIONOVA, Marina; KIRTON, John J. (ed.). *The G8-G20 Relationship in Global Governance*. Farnham: Ashgate Publishing Limited, 2015, p. 3-11.

MICHAÉLOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin. Introduction to the Handbook of International Climate Finance: is climate finance a meteoric fashion or a stable pillar of the global response to anthropogenic climate change? In: MICHAÉLOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin (ed.). *Handbook of International Climate Finance*. Edward Elgar Publishing, 2022, p. 1-14.

Ministério das Relações Exteriores (MRE). Brazil's G20 Presidency: building a just world and a sustainable planet, 01 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-londres/press-releases/g20-brasil-2024>.

Precisamos de uma nova globalização que combata as disparidades, defende Lula. 13 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/precisamos-de-uma-nova-globalizacao-que-combata-as-disparidades-defende-lula-na-reuniao-do-g20>.

Queremos melhorar fluxos financeiros para países que mais necessitam, defende Haddad, 14 de dezembro de 2023. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/queremos-melhorar-os-fluxos-financeiros-para-os-paises-que-mais-necessitam-defende-ministro-haddad-no-g20>.

RAY, Saon; JAIN, Samridhi; THAKUR, Vasundhara; MIGLANI, Smita. *Global Cooperation and G20: Role of Finance Track*. Springer: Singapore, 2023.

SHISHLOV, Igor; CENSKOWSKY, Philipp. Same but different? Understanding divergent definitions of and views on climate finance. In: MICHAÉLOWA, Axel; SACHERER, Anne-Kathrin (ed.). *Handbook of International Climate Finance*. Edward Elgar Publishing, 2022, p. 15-39.